



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias dois e três de março de hum mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Trigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde – CNS, do período de hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco. O Coordenador Geral, **Nelson Seixas** abriu a reunião, se apresentando e cumprimentando os Conselheiros. Os Conselheiros cumprimentaram o novo Coordenador, desejando-lhe uma boa gestão e demonstraram seu respeito pela antiga Coordenadora Geral **Maria Angélica**. O Conselheiro **Swedenberger** apresentou uma nota sobre a saída da antiga Coordenadora Geral, esclarecendo que nada tinha contra o novo Coordenador Geral, solicitou que constasse em ata seu inteiro teor e os nomes dos Conselheiros que a assinaram. Diz a nota: *“Como Conselheiros do Conselho Nacional de Saúde temos lutado para que o controle social do SUS se efetive. Tem sido igualmente importante a atuação do CNS na busca de um novo modelo assistencial e no equacionamento de questões importantes como os Recursos Humanos em Saúde entre outras, para que a descentralização das ações e dos serviços de Saúde seja levada às últimas conseqüências, ultrapassando as medidas administrativas formais. As Resoluções do CNS, com a legitimidade que a sociedade lhe confere, devem ser desta forma implementadas pelo gestor federal do SUS. Para que isto seja possível, a Coordenação Geral do CNS, deve ter as condições fundamentais (de infra-estrutura, recursos materiais e humanos, e autonomia financeira), que possibilitem agir com rapidez e eficiência. Podemos afirmar com absoluta segurança que a Doutora **Maria Angélica Gomes** e sua equipe cumpriram de forma elogiável tal tarefa. Somos testemunhas do esforço da equipe dirigida pela Doutora **Maria Angélica**, para possibilitar o cumprimento das resoluções das comissões e das plenárias e na busca de alternativas para viabilizar as deliberações do CNS, sobretudo quando o corte de verbas atingiu o Conselho, prejudicando suas atividades. O CNS deve ter autonomia financeira, sob pena de ter autonomia financeira, sob pena de ter comprometido sua força política. As suas deliberações não se subordinam ao Senhor Ministro da Saúde, ou ao Governo Federal em geral. Tampouco o cargo de representante do Ministro. Para isto existe a representação do Ministério da Saúde na composição do CNS. O Senhor Ministro, além destes representantes, é o Presidente do Conselho. Não procede, portanto a substituição da Doutora **Maria Angélica** da Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde, por ter dirigido correspondência ao Senhor Ministro da Fazenda nos termos em que o Plenário do Conselho aprovou. Muito menos pela mesma estar atenta às decisões deste colegiado, encaminhando-as às diversas instâncias do Ministério da Saúde e de outros órgãos para que sejam respeitadas e aplicadas as nossas resoluções. Diante do exposto, condenamos o método utilizado pelo Senhor Ministro da Saúde, para a substituição da Coordenadora Geral do CNS. Entendemos que tal precedente abre espaço para o amordaçamento e a sujeição deste colegiado à política oficial do Ministério da Saúde, com a qual o CNS não se confunde, embora tenha concordâncias localizadas”*. Os Conselheiros que subscreveram esta manifestação foram: **Swedenberger do Nascimento Barbosa** – Representante dos Profissionais, **Jocélio Henrique Drummond** – CUT, **Arlindo Fábio Gómez de Sousa** – SBPC, **Ana Maria Lima Barbosa** – ONEDEF, **Antonio Sabino Santos** – CONAM/FAMOAL, **Milton José Dante** – ABRASTA, **Elisaldo Luiz de Araújo Carlini** – Comunidade Científica e da Sociedade Civil, **Raimundo Bezerra** – CONASEMS, **Edmundo Juarez** – Comunidade Científica e da Sociedade Civil, **Eurípedes B. Carvalho** – Entidades Nacionais de Representação dos Médicos – FNM, **E. J. Crosara** – A. A., **Leny May da Silva Campelo** – CONAM, **João Guerra de Castro Monteiro** – ABIA, **Dijon Hosana Souza Silva** – CGT. Terminada a leitura da nota, o Conselheiro **Arlindo** deu informações sobre o IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – ABRASCO, a se realizar em Olinda – PE, de 19 a 23 de junho de 1994. O Conselheiro **Raimundo Bezerra** despediu-se, informando que a partir do próximo mês não seria mais Secretário Municipal de Saúde e que seu substituto no CNS seria o Doutor **Armando Raggio**. O Coordenador Geral apresentou todos os funcionários do Conselho, exceto aqueles em gozo de férias. Informou que o CNS recebeu documento do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, que contestava as atitudes tomadas pelo Doutor **Augusto Franco**, Coordenador Geral do ex-INAMPS. Foi designado pelo Plenário

para fazer contato com o CES/RJ e com o Coordenador Geral do ex-INAMPS, o Conselheiro **Aboim**. O Coordenador Geral fez a leitura da carta enviada pelo Presidente do Laboratório Biosintética, que tratava de denúncia do Conselho Regional de Farmácia de SP contra o laboratório, por ter colocado no Mercado os produtos: Oxcord Retardo (20mg) e Biocord E. R. (20mg), de mesma base e preços diferentes. O Conselheiro **Carlini** propôs que o assunto fosse encaminhado à Secretaria de Vigilância Sanitária e ao Conselho Federal de Farmácia, o que foi aprovado. O Coordenador Geral comunicou a sua participação em Porto Alegre, no dia 23 de fevereiro de 1994, juntamente com o Conselheiro **Edmundo Juarez**, e mais cinco participantes do MED, para avaliação da criação do Curso de Medicina da Universidade Luterana do Brasil, distribuindo cópia da nota elaborada na ocasião, contrária à pretensão daquela organização. Informou, ainda, sobre a sua participação, do Assessor Técnico, **Elias Jorge** e dos Conselheiros **Jocélio**, **Leny** e **Edmundo Juarez**, em reunião junto ao CES/SP, que foi realizada em São Paulo – SP, no dia 24 de fevereiro, demonstrando a não omissão e ingerência indevida do CNS e melhorando as relações entre CES/SP e CNS. O Conselheiro **Jocélio** solicitou que as atas, pautas, resoluções, boletins, fossem enviados ao CES/SP, por ter recebido solicitação dos Conselheiros daquele Conselho, ficando decidido enviar a todos os Conselhos Estaduais, pediu que a ata do Conselho fosse melhorada, pois havia encontrado distorções em suas falas devendo os Conselheiros formularem por escrito alterações na ata da Trigesima Segunda Reunião Ordinária. O Coordenador Geral sugeriu que a ata fosse resumida, e caso surgissem dúvidas posteriores poderia se recorrer às atas, anotando-se os pedidos de constatação em ata, bem como os teores de Declarações de Votos, Propostas e Moções. O Plenário acatou a sugestão. O Conselheiro **Carlini** solicitou a atenção de todos e fez a leitura da carta de despedida da ex-Coordenadora Geral, **Maria Angélica**. O Conselheiro **Eurípedes** relatou denúncias que se relacionavam à Santa Casa de Guarulhos, relativas a envolvimento com o esquema PC, criação de loterias e criação de Plano de Saúde. O Conselheiro **Arlindo** sugeriu que fossem remetidas as denúncias aos Conselhos Estadual de São Paulo e Municipal de Saúde de Guarulhos, para que tomassem as devidas providências, mantendo informado o CNS, e sua sugestão foi aceita pelo Plenário. O Coordenador Geral deu sequência à reunião, passando a palavra ao Conselheiro **Gilson Calleman** que fez a apresentação do **TEMA 01 – ENCMAINHAMENTOS DA COMISSÃO TRIPARTITE** – Começou apresentando a Resolução nº 101, de 28 de fevereiro de 1994, sobre os reajustes da UCA e AIH, informando que a Resolução havia sido assinada e homologada antes da reunião do CNS por causa do novo plano econômico do Governo. Após longo debate entre os Conselheiros a Resolução foi aprovada pelo Plenário. O Conselheiro **Jocélio** declarou seu voto: “*Voto em abstenção por não concordar com reajustes sem que o FNS se reúna e sem ter uma previsão orçamentária para o SUS em 1994. Não voto contra, por concordar plenamente com o item da Resolução*”, e propôs, ao final da discussão, que em 30 dias o FNS se reunisse, com a presença dos representantes do Conselho, Conselheiros **Arlindo** e **Leny May** feito em 30 dias o levantamento dos Fundos Estaduais de Saúde pela Coordenação Geral do CNS, e que foi aceito por unanimidade. Em seguida o Assessor Técnico do Conselho, Doutor **Elias Jorge**, fez apresentação do **TEMA 02 – ACOMPANHAMENTO DAS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS** e do **TEMA 04 – ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO CONSTITUCIONAL**. Iniciou sua explanação ressaltando o problema da continuação da pesquisa sobre orçamento públicos da saúde, mostrando que a política de contenção de despesas do Ministério não estava viabilizando as viagens, que teriam que ocorrer para a continuidade da mesma; citou as ações do Conselho relativas ao processo orçamentário de 92 e 93; mostrou alternativas para o financiamento da Saúde. Informou que o quadro para o setor saúde na Revisão Constitucional era grave, acreditando ser necessária uma forte mobilização política junto aos Poderes Executivo e Legislativo, para haver uma melhora no quadro orçamentário da Saúde. O Conselheiro **Raimundo Bezerra** convidou todos a participarem do Movimento que irá ocorrer em favor da Saúde nos dias 08 e 09 de março, comunicando que 500 Secretários Municipais de Saúde já haviam confirmado presença, lembrou que no dia 08 de março se reuniriam no Ministério da Saúde, junto com o Ministro e no dia 09 de março estariam reunidos no Congresso. Todos aprovaram a ação do CONASEMS em favor da Saúde. O Conselheiro **Ferreira** solicitou ao Assessor Técnico que apresentasse planilha discriminando o orçamento da Saúde, facilitando com isso o entendimento dos Conselheiros em relação ao assunto. O Conselheiro **Swedenberger** solicitou que fosse tentada nova entrevista do Conselho junto ao Presidente da República, ressaltando que se houvesse dificuldade de marcar essa entrevista, o Doutor **Saulo Moreira** já havia se disposto a interceder. Houve concordância no Plenário para se tentar nova audiência com o Presidente da República preferencialmente com a presença do Senhor Ministro da Saúde, para tratar da questão orçamentária do setor e caso não fosse possível sua presença, insistisse em que a audiência fosse marcada com a máxima brevidade. O Conselheiro **Ricardo Akel** sugeriu que a pesquisa que estava sendo realizada pelo Assessor Técnico do Conselho, **Elias Jorge**, tivesse continuidade, a princípio como estava sendo feita e em seguida

desenvolvendo-a com a intenção de se formatar um plano diretor-norteador do SUS. O Doutor **Elias** concordou, mas considerou a importância de se ter uma versão preliminar da pesquisa. O Coordenador Geral colocou em votação a continuidade da pesquisa, aprovada por unanimidade. O Coordenador Geral informou que o Doutor **João Batista Perez** que faria a apresentação do **TEMA 03**, sobre **FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**, considerou que não era oportuna a sua vinda ao Conselho, pois não havia saído sua nomeação para esse Órgão no Diário Oficial da União, mas mandava a informação de que os recursos do INAMPS já estariam no Ministério da Saúde. Passou-se ao **TEMA 05 – PARECER DE RELATÓRIOS SOBRE TEMAS ESPECÍFICOS**. O Conselheiro **Edmundo Juarez** iniciou a abordagem do tema, dando seu parecer favorável sobre o Seminário de Informação em Saúde, propondo que o documento fosse divulgado de imediato a todas as estruturas governamentais do setor Saúde. O Conselheiro **Jocélio** apresentou seu parecer sobre o relatório da Conferência Nacional de Recursos Humanos para o SUS, informando que havia ocorrido um erro quanto aos pisos salariais no relatório. Constatou 3, 6 e 9 salários mínimos, quando na verdade o correto seria 1, 2 e 3 salários do DIEESE. Ressaltou que o relatório havia sido encaminhado para a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e esta teria decidido que ficariam registrados as duas alternativas de salário, cabendo ao Plenário do CNS tomar a decisão final. O Coordenador Geral colocou em votação: se constariam no relatório as duas propostas de piso salarial, ou só a proposta salarial do DIEESE, tendo o Plenário optado pela última alternativa. O Conselheiro **Sabino** fez a leitura do seu parecer sobre a II Conferência Nacional de Saúde Bucal, considerou o relatório da Conferência satisfatório, tendo que fazer somente pequenas alterações didáticas. O parecer foi aprovado por unanimidade. Em seguida, por solicitação do Conselheiro **Carlini**, foi abordado o **TEMA 09 – RECOMENDAÇÕES DAS COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS: PARECER DE PEDIDO DE VISTAS DA RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA SOBRE PESQUISA DA UNICAMP**. O Conselheiro **Carlini** solicitou da Coordenação maiores dados (Portaria de 22 de fevereiro que criou a nova Comissão de Vigilância Sanitária e Regimento Interno dessa Comissão) para embasar seu parecer sobre a Recomendação nº 31 da CT/APAS. Em relação à UNICAMP informou, que em conversa mantida com a Doutora **Yvonne Capuano** e o Doutor **Álvaro Antônio da Silva Ferreira**, ambos da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia, teria notado que havia falta de informações sobre o assunto, pois todas as que obtivera eram favoráveis à pesquisa, acreditou serem necessários mais detalhes junto a outras entidades. O Conselheiro **Aboim** sugeriu que a medida mais adequada seria a de se credenciar o Departamento de Farmacologia da UNICAMP. Ao final da discussão ficou decidido que a Coordenação entraria em contato com a CICT e solicitaria maiores informações para aprofundamento do assunto e que o Conselheiro **Omiton** levaria a Resolução nº 01/88 aos pesquisadores da UNICAMP, para que providenciassem o credenciamento do Departamento. Passou-se ao **TEMA 06 – PARECER SOBRE ASSUNTO DA COMISSÃO NACIONAL DE AIDS** – Sendo relator o Conselheiro **João Guerra** que fez a leitura do seu parecer, e em consonância com aquela Comissão, propôs uma moção de repúdio e total desaprovação ao parecer elaborado pelo Departamento Médico da Câmara dos Deputados, que ensejou medida da Mesa Diretora, exigindo-se teste anti-HIV para demissão de funcionário, e que foi aceita por unanimidade. A seguir, o Conselheiro **Swedenberger** fez a leitura de um faz que denunciava modificações profundas das linhas adotadas pelo Instituto de Saúde Mental do DF, que seguia a política da Conferência Nacional de Saúde Mental. Após longo debate ficou acordado que o Conselheiro **Swedenberger** iria a reunião marcada com o Secretário de Saúde do DF e demais entidades, para tratar de assunto pertinente ao Instituto, na qualidade de Conselheiro do CNS, expressando assim o seu pensamento. O Coordenador Geral prosseguiu a reunião, informando que havia encaminhado ao Secretário de Vigilância Sanitária, Relatório Técnico do Grupo de Estudos sobre Medicamentos Anorexígenos, solicitando que o Plenário indicasse um Conselheiro para ser relator da matéria, e a escolha recaiu sobre o Conselheiro **Aboim**, cabendo à Coordenação enviar ofício à Secretaria de Vigilância Sanitária para que a mesma se pronunciasse sobre o assunto. O Coordenador Geral fez a leitura do ofício enviado pela Confederação das Misericórdias do Brasil, que solicitava representação dos prestadores filantrópicos de serviços no CNS. O Conselheiro **Dellape** disse haver um rodízio entre as cinco entidades prestadores de serviços privados na área da Saúde (FENAESS, FBH, ABH, MISERCÓRDIAS E ABRAMGE), das quais só a última (Medicina de Grupo), ainda não participou do CNS. O Coordenador Geral avisou que iria encaminhar expediente para que elas, em reunião, façam a indicação dos dois próximos representantes. Informou, ainda, que havia recebido ofício do Conselho Federal de Medicina, que tratava dos Encontros Internacionais de Médicos para o Mercosul, que foram realizados no Uruguai e em Foz do Iguaçu. O Plenário estabeleceu que na próxima reunião do Mercosul na Argentina, em maio, e estaria presente representante do Conselho Nacional de Saúde o Conselheiro **Allgayer**. Passou-se à discussão do **TEMA 07 – ESCLARECIMENTOS SOBRE A RESOLUÇÃO 1.401/CFM – EM QUE OS PLANOS DE SAÚDE ESTÃO OBRIGADOS A GARANTIR O**

ATENDIMENTO A TODAS AS ENFERMIDADES RELACIONADAS NO CID-OMS. Fizeram a apresentação do tema o Doutor **Ivan de Moura Fé** e o Doutor **Crescêncio Oliveira**, respectivamente Presidente e Vice do Conselho Federal de Medicina. O Conselheiro **Allgayer** propôs que fosse feito um maior estudo dessa Resolução pelas Comissões Técnicas de Usuários, de Profissionais e de Prestadores Privados de Saúde (CT/APAS e CT/PPS) e os pareceres remetidos do CNS. O Conselheiro **João Guerra** propôs moção de apoio à Resolução 1.401/CFM, que foi aprovada pelo Plenário, devendo ser encaminhada cópia ao Procurador Geral da República, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, aos Ministros da Justiça e Saúde, aos Presidentes da Câmara e Senado, e à Associação dos Magistrados do Brasil. O Conselheiro **Amorim** declarou seu voto contrário: *“voto em contrário à proposta do Conselheiro João Guerra por não estar de acordo com alguns aspectos do texto da Resolução acima mencionada, concordando apenas com a iniciativa do Conselho Federal de Medicina de ter levantado o problema, para posterior estudos”*. Passou-se ao **TEMA 10 – CONCLUSÕES DA OFICINA DE TRABALHO DE RECURSOS HUMANOS**. O Conselheiro **Eurípedes** fez a apresentação do relatório da Oficina. Após longo debate, o Conselheiro **Ricardo Akel** propôs que se votasse a fidelidade do relatório e os Conselheiros que quisessem que alguns pontos do mesmo se tornassem Resoluções, enviassem as sugestões ao Conselho para serem apresentadas na próxima reunião. Sua proposta foi aceita por unanimidade e o Conselheiro **Eurípedes** foi escolhido relator das propostas do Relatório. Em seguida, a Conselheira **Leny Campelo** solicitou que se encaminhasse expediente às SES/RJ, SMS/RJ, SMS/Campinas, CES/SP, CES/RJ, solicitando informações quanto à presença de policiais nas unidades de Saúde dessas localidades, tendo em vista que a população se encontrava revoltada com a qualidade do atendimento dessas unidades. A solicitação foi aprovada pelo Plenário. Passou-se ao **TEMA 11 – PARECER SOBRE ABERTURA DE NOVOS CURSOS NA ÁREA DA SAÚDE**. A Conselheira **Leny** apresentou seu parecer favorável à abertura do Curso de Farmácia da Universidade São Judas Tadeu. O Plenário votou contra o parecer. O Conselheiro **Edmundo Juarez** apresentou parecer contrário à abertura do Curso de Medicina da Organização Educacional Barão de Mauá, e o Plenário foi favorável ao seu parecer, com a maioria dos presentes, ou seja, 18 (dezoito) Conselheiros. O Conselheiro **Eurípedes** apresentou parecer contrário à abertura do Curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima, tendo o Conselheiro **Aboim** feito pedido de vista ao parecer. O Conselheiro **Jocélio**, estribado no Art. 32 do Regimento Interno do CNS, pediu nova votação no Processo da Universidade São Judas. A Conselheira **Leny** pediu para que na próxima reunião, seja feita nova leitura do seu Parecer sobre o Curso de Farmácia, da Universidade São Judas Tadeu, baseando no parágrafo 7º do Art. 14 do Regimento Interno, por considerar que muitos Conselheiros não ficaram suficientemente esclarecidos com seu parecer favorável à abertura desse curso e que fosse anulada a primeira votação. O Plenário concordou com a proposta da Conselheira **Leny**. Passou-se ao **TEMA 12 – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA/FNS/MS**. Apresentou o Tema a Doutora **Eliane Dourado Matos**. Após logo debate o Conselheiro **Eurípedes** propôs que fosse ponto de pauta para a próxima reunião esse tema e a fixação de profissionais. O Coordenador Geral encerrou a reunião. Justificaram ausência dos Conselheiros: **Francisco Augusto Vieira Nunes, Mozart de Abreu e Lima, Thiers Ferreira** e Padre **Júlio Munaro**. Estiveram presentes os Conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo Fábio Gómez de Sousa, Augusto Alves de Amorim, Benício Parentes Sampaio, Carlos Eduardo Ferreira, Gilson de Carvalho, Dijon Hosana Souza Silva, Edmundo Juarez, Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, Ernani Vitorino Aboim Silva, Eurípedes Balsanufu Carvalho, Francisco Ubiratan Dellape, João Guerra de Castro Monteiro, Jocélio Henrique Drummond, Leny May da Silva Campelo, Omilton Visconde, Ricardo Akel, Raimundo Coelho Bezerra de Farias, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Swedenberger do Nascimento Barbosa e Milton José Dante. FIM.**